pão e cravos

Jornal de Jovens do Bloco
n.º 14, maio/junho 2019

LEGISLATIVAS 2019

QUEM MANDA NO PAÍS?

Francisco Pacheco

Foto de Renato Roque

Justiça Climática
Sofia Oliveira
e Rafaela Suzano

O Lucro de uns e a Luta de outrxs
Diogo Araújo

Descansar é Obrigatório
Catarina Agreira

Palestina «is not your toy»
Andreia Quartau

ÍNDICE

página 3 // **Justiça Climática** Sofia Oliveira e Rafaela Suzano
página 5 // **O Lucro de uns e a Luta de outrxs** Diogo Araújo
página 7 // **Descansar é obrigatório** Catarina Agreira
página 9 // **Quem manda no país?** Francisco Pacheco
página 10 // **Palestina «is not your toy»** Andreia Quartau
página 12 // **Game of Thrones** Inês Ribeiro Santos

EDITORIAL

No passado mês de abril, foi eleita a nova Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco. Depois de um fim-de-semana de debate e discussão, saímos reforçados para mais dois anos de luta. E maio foi já um mês cheio de luta!
No dia 24 de maio, milhares de jovens voltaram a encher as ruas, gritando por uma resposta eficaz e concreta à emergência climática. Não nos contentamos com atos simbólicos, nem com boas intenções. A Greve Climática Estudantil e suas reivindicações provam o óbvio: na luta contra as alterações climáticas é indispensável a luta pela justiça social; e as interseções entre uma política para o pleno emprego, uma política de solidariedade e a luta contra as alterações climáticas são impossíveis de ignorar. A força dos milhares de jovens, desde março, catapultaram a luta pela justiça climática e transformaram as alterações climáticas num problema social prioritário. Prova desta força foram as eleições europeias e a centralidade do clima no debate público.

Maio foi mês de eleições, e a força militante do Bloco, que levou uma campanha e um programa político com propostas concretas a todo o país, fez-se notar com a consagração do Bloco como terceira força política a nível nacional. O trabalho mais que provado da Marisa Matias e a luta do Bloco foram reconhecidos nas urnas, com mais do dobro do resultado das Europeias de 2014. A direita perdeu inequivocamente estas eleições, e saímos deste processo eleitoral com a convicção de que o Bloco é a maior arma contra a política neoliberal e austeritária que outrora destruiu direitos sociais e do trabalho no nosso país.

Porém, se a direita perdeu e a extrema-direita foi barrada nas urnas, a abstenção nunca foi tão elevada, tornando clara a distância e o descrédito das instituições europeias em Portugal, bem como a necessidade da intensificação de forças como a nossa, por um sistema verdadeiramente democrático e amplamente participado. Por outro lado, os resultados europeus confirmam uma União Europeia em crise, com a vitória de Le Pen, em França, ou de Órban, na Hungria. O crescimento da extrema-direita no Parlamento Europeu é um facto e agora, mais do que nunca, é necessária a união em torno de uma política alternativa, de esquerda, que se bata por uma Europa solidária, uma Europa de quem vive do seu trabalho, de quem a procura para fugir à guerra e à crise climática. Não desistimos deste combate e a nossa mobilização não cessa com o fim das eleições.

Junho é mês de Pride, e com ele surge a celebração da diversidade e sai à rua a luta pelos direitos LGBT e contra a LGBTfobia. Não damos nada por garantido e sabemos que o crescimento da extrema-direita, um pouco por todo o mundo, ataca a nossa existência. Existir é resistir, e em junho existimos e resistimos, fora do armário, pelas nossas vidas, mas também contra a apropriação da nossa luta pelo sistema capitalista que nos usa para lucrar e nos dividir. Não queremos comércio LGBT, queremos pessoas LGBT empoderadas e capazes de participar em plena igualdade numa sociedade que não nos encara como nicho de mercado, mas cidadãs e cidadãos de plenos direitos. Junho é, portanto, um mês de luta anticapitalista, como todos os outros, mês de combate ao *pinkwashing* de que é paradigmático o exemplo do Estado de Israel que, enquanto levantava a bandeira LGBT na Eurovisão, bombardeava Gaza, atentando contra a vida do povo palestiniano. Frases de apelo à «tolerância» e «love is love» não são compatíveis com o *apartheid* e genocídio. Não em nosso nome!

FICHA TÉCNICA

Equipa Editorial: Beatriz Simões, Catarina Agreira, Catarina Alves, Catarina Figueiredo, Francisco Pascoal, Inês Ribeiro Santos, Mafalda Escada, Pedro Loução.

Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa | esquerda.net | Facebook.com/jovensBE

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Sofia Oliveira e Rafaela Suzano

A luta por justiça climática tem marcado as *headlines* de todo o mundo e ocupado as mentes de todxs xs estudantes. Exigir justiça climática é exigir justiça social, exigir que seja feita justiça para com todxs aquelxs que já sofreram com as alterações climáticas, exigir que todxs nós tenhamos a possibilidade de viver num planeta sustentável.

Nós, estudantes, saímos à rua com as palavras de ordem de Greta Thunberg, uma jovem sueca de 16 anos sem medo de lutar pelo futuro do Planeta – «Justiça climática já!». Greta começou a sua greve, «Skolstrejk För Klimatet» (Greve Climática Estudantil), sozinha, todas a sextas-feiras, em frente ao Parlamento sueco. Greta fez-se notar e chegou a falar às Nações Unidas, na Conferência sobre Mudanças Climáticas de Katowice, crítica do

capitalismo, afirmando a necessidade de repensar o sistema económico e dar prioridade à vida humana, exigindo que a crise climática fosse tratada como crise e que os governantes mundiais tomassem a resolução da mesma como uma prioridade.

A recetividade do movimento estudantil a esta causa é mais do que expectável. Afinal de contas, trata-se do nosso futuro, do nosso planeta, da sociedade livre que queremos construir.

«There is no such thing as a single-issue struggle because we do not live single-issue lives» – Audre Lorde[1].

Não é possível resolver a crise climática enquanto não renunciarmos ao sistema capitalista que deixa o planeta à mercê do negócio, leiloando as nossas vidas aos furos lucrativos de prospeção e exploração de petróleo, ou a empresas como a Shell, familiarizadas com as consequências das alterações climáticas, mas que não recuam nas explorações petrolíferas.

Temos, mesmo em Portugal, diversas situações que colocam os interesses financeiros acima da necessidade de preservar o nosso planeta e, consequentemente, a nossa saúde. A possibilidade do furo de prospeção petrolífera em Aljezur juntou ativistas ambientalistas a nível nacional, mostrando que há milhares de pessoas dispostas a lutar contra as empresas e acordos governamentais que ameaçam destruir a flora e fauna portuguesas, incluindo uma grande mobilização estudantil. Esta união de pessoas despoletou um conjunto de atividades de consciencialização e agitação que pressionaram o consórcio ENI/Galp, levando-o a desistir do projeto, e o Governo afasta agora a hipótese de novas licenças na costa vicentina. Este é um acontecimento marcante nesta nossa revolta que provou que unidxs e organizadxs podemos fazer frente a estes acordos insultuosos à nossa sobrevivência.

Recentemente, veio à luz do público o contrato para a atribuição à empresa Lusorecursos de exploração de depósitos minerais de lítio no concelho de Montalegre, sendo apresentando como uma mais-valia para o país, dado o potencial e «benéfico» crescimento económico. Mais uma vez, o Estado português esquece-se, que sem um planeta onde viver, constantemente atacado por projetos tóxicos semelhantes, a juventude e as gerações futuras não estarão vivas para beneficiar desse dito crescimento.

É notório o aparecimento, ao longo destas lutas, de diversas organizações e movimentos. Muitas já existiam, como a Climáximo, outras foram surgindo como consequência de necessidades mais atuais, como a Extinction Rebelion, Diz Não Ao Paredão, e Porto Animal Save, para ressaltar algumas presentes na greve estudantil, a nosso lado, havendo muitas outras que constroem a luta ecossocialista diariamente.

A justiça climática é a luta interseccional contra o capital que tudo destrói em prol dos seus interesses. É a luta por uma sociedade feminista ecossocialista, uma sociedade onde todxs têm direito à saúde, à habitação e à educação. A justiça climática é a luta pelo futuro da Humanidade. É o apelo radical que lutemos para impedir a nossa extinção.

[1] Audre Lorde, "Learning from the 60s," in Sister Outsider: Essays & Speeches by Audre Lorde (Berkeley, CA: Crossing Press, 2007), 138

O LUCRO DE UNS E A LUTA DE OUTRXS

Diogo Araújo

Este ano, ficámos a saber que existe uma intenção de Lisboa ser a cidade anfitriã do EuroPride. Com esta notícia, ficámos também a saber que a sede de negócio arco-íris nunca esteve tão à espreita e tão furtiva como nos dias de hoje.

As Marchas LGBTI+ em Portugal são um momento de politização e reivindicação dos direitos LGBTI+ como poucas na Europa.

A lógica de rendição de luta aos interesses de empresas ainda não se concretizou nas marchas do nosso país; aliás, marchas como as que existem em Portugal são impulsionadas e organizadas por ativistas das mais diversas Associações, Colectivos e/ou partidos que não têm, nem se admite que tenham, qualquer tipo de interesse rentista num momento político e crítico como uma manifestação.

Isto no panorama Europeu e Mundial é raro.

Em grande parte das cidades, as manifestações LGBTI+ foram capturadas e, consequentemente, capitalizadas por entidades bancárias e multinacionais. Não se distinguem dos EuroPrides, na sua essência.

Marchas em que é necessário usar uma *t-shirt* da Coca-Cola, um chapéu da Microsoft e, nalguns casos, fazer a prévia inscrição e o pagamento de participação na Marcha.

Chegámos a este ponto, comprar «Liberdade»!

É neste ambiente que surgem os colossais standards publicitários que utilizam padrões estético-mercantis cujo objectivo se limita a VENDER! LUCRO!

Vendem um padrão higienizado de «única forma de existência» subentendido em publicidade, que varre para debaixo do tapete as múltiplas discriminações sobre pessoas racializadas, mulheres lésbicas e bissexuais, pessoas trans* e não-binárias ou vivências intersexo, que pertencem à comunidade.

São estes estereótipos que erradicam outros

elementos da sigla, impulsionam uma cultura somente Gay, aliada a um conjunto de comportamentos e etiquetas homo-normatizadas que contêm, em si mesmas, fortes elos de uma masculinidade tóxica evidente.

São estes estereótipos que dão jeito e impulsionam inúmeras cadeias multinacionais a faturarem milhões à custa de um Marketing que despolitiza todo um passado de história de luta pela emancipação e liberdade das pessoas LGBTI+.

Em oposição a este cenário mercantil, as manifestações do Orgulho Crítico são as únicas que conseguem juntar ativistas, estudantes e trabalhadorxs que têm demandas e agendas políticas bem mais profundas e radicais sobre os direitos LGBTI+. Agendas concretas, debates abertos, *workshops*, oficinas e ateliês públicos pré e pós Marcha que afirmam e disputam o espaço público;

Com isto, oferecem uma verdadeira resistência à sociedade patriarcal, transfóbica e opressora que as Marchas comerciais vendem.

Eis o panorama por cá:

Nos últimos dois anos o conteúdo político das Marchas LGBTI+ em Portugal tem estado constantemente em ataque. Não pelas comissões organizadoras, mas sim por elementos externos a si; elementos estes que se representam por entidades bancárias, empresariais e/ou comerciais que querem à força desfazer o conteúdo político e crítico das marchas para alimentar o negócio de alguns proprietários, empresários, acionistas e especuladores.

Em 2018, no Porto, a Variações – Associação de Comércio e Turismo LGBTI, pela voz do seu vice-presidente, Diogo Vieira da Silva, conseguiu fazer uma das campanhas mais sujas e deturpadas contra a Comissão Organizadora da Marcha Orgulho LGBTI+ do Porto (MOP).

Esta associação, de comerciantes e especuladores, fez-se representar na Marcha com um autocarro publicitando muitas das empresas financiadoras desta entidade, tentando capturar clientes para os seus negócios. Pior do que isso, tentando estrategicamente impedir a Marcha de prosseguir o seu habitual percurso.

OBJETIVO: LUCRO! VENDER!

Permitir que entidades comerciais, bancárias ou imobiliárias possam instrumentalizar todo um passado de resistência, lavando a cara de rosa (*Pinkwashing*) de todos os crimes sociais dos quais são cúmplices, vendendo a imagem de entidade credível, higienizada, respeitadora e respeitável em nome de uma enorme sede de lucro, deve ser, para nós marxistas, que ambicionamos o triunfo de uma sociedade livre de opressões, algo a destruir. Temos de combater estas entidades e valores.

A espinha orientadora do caráter e essência das Marchas LGBTI+ em Portugal está sob ataque.

Devemos e podemos começar a blindar as estruturas organizadoras das Marchas contra qualquer tipo de aproveitamento mercantil por parte de instituições comerciais, como forma de proteção do próprio movimento, que já está na mira do lucro de muitos empresários e banqueiros nacionais e internacionais.

Resistimos!

DESCANSAR É OBRIGATÓRIO

Catarina Agreira

É possível fazer uma suposição, com risco assumido, e afirmar que este tempo será recordado na história como um ponto de viragem nas relações socio-laborais. A evolução tecnológica é assombrosa: aqueles entre nós que têm algum poder económico, por norma, carregam consigo diariamente aparelhos cuja capacidade computacional é superior à dos computadores usados na missão Apollo XI em 1969. A estonteante mudança das tecnologias é difícil de acompanhar, pela sua característica de volatilidade constante, sendo amanhã obsoleto o que há dois anos se dizia vir mudar o mundo.

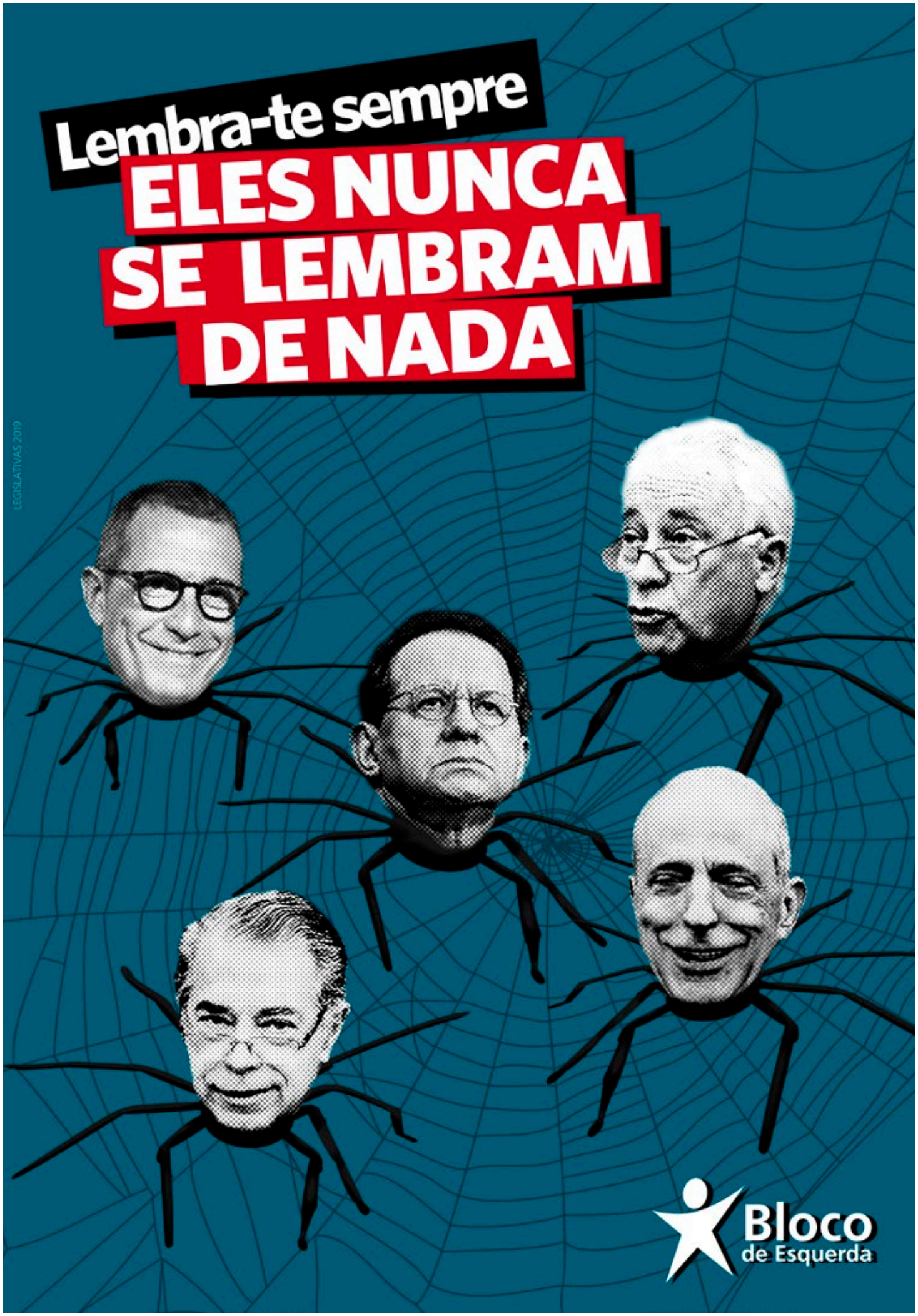
Muito há a ser escrito sobre o impacto que a evolução tecnológica tem nos métodos de produção, fazendo-nos bater outra vez em velhas questões já colocadas aquando da primeira revolução industrial. A velocidade de alteração destes métodos é agora, no entanto, muito mais elevada e, fazendo-se acompanhar por uma globalização desenfreada, torna difícil o seu balizamento em regulamentação laboral e fiscal que acautele os interesses dos Estados. O que por muitos e muitas é entendida como tecnologia democratizante e absolutamente liberalizada – no sentido da criação de confiança direta entre pares e dispensa de terceiros de funções para transações intermediárias –, pode também ser lida por outros como o esboroar dos sistemas normativos e institucionais atuais segundo os quais a democracia que nos é conhecida assenta.

De facto, a possibilidade de se estar permanentemente acessível a contacto exterior que a tecnologia corrente nos traz já produz efeitos conhecidos sobre os e as trabalhadoras, tendo acelerado o esbatimento das linhas que separam o trabalho da vida privada e do descanso obrigatório. Em 2017, o governo francês fez aprovar uma lei que pretende readaptar as leis do trabalho à era digital. Esta reforma veio no seguimento de deliberações do Cour de Cassation, um tribunal francês de última instância, que estabeleciam, em linhas gerais, que um ou uma trabalhadora não tem de aceitar nem trazer tarefas para casa, e que dispensa os e as trabalhadoras de se disponibilizarem via telemóvel ou correio eletrónico para responderem à entidade patronal fora do horário laboral estabelecido. Esta lei passou a ser conhecida como «Direito a Desligar», e foi apresentada como ferramenta para combater o burnout e o stress constante que afetam já uma parcela significativa dos trabalhadores, permitindo ainda definir mais claramente a vida pessoal e o trabalho. Há que

notar, no entanto, que esta lei se aplica apenas a empresas com 50 ou mais trabalhadores, não havendo repercussão definida para a entidade patronal que não a cumpra (bem como o facto de ter sido introduzida dentro de um pacote de leis que facilitam despedimentos e reduções salariais).

Já alguns outros países europeus adotaram medidas semelhantes ou cujo propósito incide neste ponto: garantir a desconexão do trabalho, tanto física como mentalmente, e permitir o descanso e usufruto da vida pessoal. Algo que se resume simplesmente assume contornos mais difíceis de pragmatizar, dado que a mesma possibilidade de estar permanentemente contactável traz também coisas que podem ser entendidas como vantagens ao trabalhador, como a flexibilização dos horários laborais para ajuste das necessidades pessoais e a autonomia para definir momentos de trabalho fora do escritório.

Num mundo em que a evolução tecnológica permite o enriquecimento súbito e brutal de alguns poucos; num mundo em que o homem mais rico da China afirma, sem pudor, que trabalhar doze horas diariamente deve ser entendido como uma bênção, é absolutamente impreterível a união dos trabalhadores e trabalhadoras numa reivindicação por uma reforma das leis laborais e fiscais que melhor sirva quem produz.


Lembra-te sempre
ELES NUNCA SE LEMBRAM DE NADA
LEGISLATIVAS 2019
Bloco de Esquerda

QUEM MANDA NO PAÍS?

Francisco Pacheco

O Estado não serve todos de forma igual. Todos sabemos do favorecimento dos interesses instalados de uma elite com recursos, propriedade e influência em detrimento da maioria que vive do trabalho. Dos resgates com dinheiro público para tapar os buracos da banca privada, aos 40% do orçamento da saúde diretamente encaminhados para o bolso dos donos multimilionários dos grupos económicos da saúde privada, das inúmeras PPPs em múltiplos setores da economia, ao enfraquecimento do código laboral para embaratecer a força de trabalho e proteger o lucro dos acionistas e os bónus dos executivos ou aos processos de privatização que foram despindo a propriedade pública de setores estratégicos para alimentar o património de algumas antigas famílias da velha oligarquia que tem dominado o país – não faltam evidências desta realidade.

Mas como é que isto acontece? Como se constrói esta captura do Estado pelos interesses privados de enriquecimento e acumulação por uma minoria? A promiscuidade entre o mundo da política e o mundo dos negócios tem longa tradição, mas, apesar do espantalho da corrupção no discurso comum (e que, de facto, existe e está disseminada), é, na verdade, maioritariamente um fenómeno enquadrado na lei, sancionado pelas normas oficiais vigentes e, portanto, à vista de todos. A maneira como os poderosos puxam os cordelinhos para fazer valer a sua vontade toma diversas formas. A manipulação da opinião pública através da concentração de propriedade dos meios de comunicação social, as instituições pouco democráticas, como a concertação social onde os representantes dos patrões conseguem estabelecer acordos com os governos a si favoráveis, ou as portas giratórias, isto é, os saltos de membros dos governos para conselhos de administração de grandes empresas, cujas vidas facilitaram e beneficiaram a partir de lugares que possam ter adquirido na hierarquia do Estado. Só no BES, passaram 25 governantes.

Uma das formas mais perniciosas da captura do Estado por interesses privados, no entanto, tem lugar também no próprio Parlamento, suposta casa da democracia. Os cavalos de tróia que aqui ocupam lugar são as grandes sociedades de advogados, através de um bloco de deputados-advogados do PS, PSD e CDS. Este centrão de negócios da velha política constitui um complexo jurídico-empresarial que não é nada menos do que uma indústria de lobbies, ao serem simultaneamente legisladores, por um lado, e assessores e consultores, por outro, de grupos e corporações que só têm a ganhar com um controlo firme na redação da lei e um pé nos afazeres do Estado. Em nome dos mesmos de sempre, e contra o povo que dizem representar e o dinheiro público que deviam salvaguardar, aqueles que defendem as privatizações depois fazem assessoria pelas empresas ou por compradores interessados, aprovam Parcerias Público-Privadas e, em seguida, gerem consultorias para a sua elaboração. Nas palavras do jornalista Gustavo Sampaio, que se debruça sobre esta questão no livro «Os Facilitadores» (2014), «servem como vasos comunicantes, fornecedores de contactos, intermediários de relações, facilitadores de negócios, produtores de blindagem jurídica, depositários de informação sigilosa, gestores de influências, criadores de soluções».

São casos disto, como ex-deputados ou ex-ministros metidos nos esquemas de sempre dos grandes escritórios entrelaçados com a nossa República, José Luís Arnaut, António Lobo Xavier ou Paulo Rangel, mas os exemplos são inúmeros, com praticamente metade dos deputados a contar com atividade profissional no setor privado além da função parlamentar e, portanto, com ligação direta ou indireta a outras forças para além da vontade da sua base cidadã e eleitoral.

Os sucessivos votos contra na Assembleia da República, pelos partidos do centrão, às propostas do Bloco de Esquerda para impor um regime de exclusividade que separe águas entre público e privado mostram a força tremenda que os lobbies mantêm. Sabemos bem que só pondo em causa o regime dos Donos de Portugal, que canibalizam a riqueza gerada pela maioria que vive do seu trabalho, através de rendas e lucros garantidos pelo Estado, poderemos criar um governo que funcione para todos e não só alguns. Para isto, no entanto, é preciso mais do que frustração ou cinismo por todos nós que somos explorados. Para derrubar o *status quo* precisamos de juntar à revolta que sentimos nas entranhas, pelo roubo maciço com que somos confrontados todos os dias, a intransigência da nossa ação. O Bloco tem marcado esta posição nas bancadas do Parlamento, mas temos todos de ocupar as ruas. Que as elites tenham medo de nós, a democracia manda no país, e não o dinheiro. Só vamos lá pela luta.

Foto de Daniel Lobo, CC BY 2.0

PALESTINA «IS NOT YOUR TOY»

Andreia Quartau

Dare to Dream é o slogan escolhido para o Festival Eurovisão da Canção Tel Aviv 2019.

Numa conferência, Jon Ola Sand, supervisor executivo do Festival Eurovisão da Canção, disse que este foi o slogan escolhido por representar e simbolizar tudo o que o Festival Eurovisão da Canção significa: inclusão, diversidade e unidade.

Continuemos, então, a pensar os slogans.

«Uma terra sem povo, para um povo sem terra» foi utilizado pelo movimento sionista para justificar a ocupação da Palestina durante os séculos XIX e XX. A «terra sem povo» era, na verdade, habitada por meio milhão de pessoas, na sua maioria árabes e muçulmanos.

No entanto, eles propuseram-se a sonhar («dare to dream») através de uma limpeza étnica, criando uma população de mais de 7 milhões de refugiados ou deslocadas/os palestinianas/os. É assim criado, em 1948, o Estado de Israel.
As/os palestinianas/os que ficaram nas suas terras foram empurradas/os e confinadas/os a uma fração muito reduzida do seu território, que com o passar dos anos, se tornou cada vez mais pequena.

O Estado de Israel tem tentado limpar a sua imagem através do *Pinkwashing* – proclamando apoio à comunidade LGBTI+, com o intuito de parecer progressivo e tolerante –, apoiando-se na narrativa de ser a única democracia do Médio Oriente, onde as forças armadas aceitam pessoas LGBTI+, o Estado legitima direitos LGBTI+ e Tel Aviv tem a maior Marcha do Orgulho LGBTI+ do Médio Oriente. O Festival Eurovisão da Canção é mais uma peça no puzzle deste *Pinkwashing*.

É à luz deste contexto que deve ser lida a opção de Conan Osíris de atuar em Tel Aviv, com a justificação de que «não é uma pessoa muito de notícias, nem sequer tem televisão em casa..»

Ir atuar a Israel é compactuar com a hipocrisia de um Estado que, só em 2018, assassinou 300 palestinianas/os e feriu 29.000 nos territórios palestinianos. É compactuar com um Estado que ocupa territórios, viola direitos humanos e que se apropria dos recursos naturais da Palestina. É ajudar um Estado genocida a limpar a sua imagem com as purpurinas e o arco-íris.

Se o boicote é solução? A solução é o fim do apartheid, do genocídio, mas, por agora, o boicote é uma das opções que todas as pessoas podem adotar individualmente ou coletivamente. A luta não pode ficar acantonada aqui, a luta da resistência, da emancipação é internacional, tem de ser, de nenhum outro modo é possível.

Termino com um poema da Rafeef Ziadah. Ela nasceu em Beirut, Libano, e é filha de refugiados palestinianos. Ela escreveu este poema depois de, numa ação direta que fez na sua faculdade, onde estavam presentes palestinos e soldados israelitas, ter gritado «Eu serei sempre palestiniana, recuso-me a ser um colono ou um soldado». Rafeef estava deitada no chão quando um rapaz a pontapeou ao mesmo tempo que gritou: «Tu merecias ser violada antes de teres uma criança terrorista».

Na altura Rafeef nada disse, mas depois escreveu o poema, «Shades of Anger», para o jovem rapaz.

SHADES OF ANGER

Rafeef Ziadah

«Allow me to speak my arab tongue before
they occupy my language as well
Allow me to speak my mother tongue before
they colonize her memory as well
I am an arab woman of color and we
come in all shades of anger
All my grandfather ever wanted to do was wake up
at dawn and watch my grandmother kneel and pray
in a village hidden between Yaffah and Haiffa
My mother was born under an olive tree
on a soil they say is no longer mine
But I will cross their barriers, their checkpoints, their
damn apartheid walls and return to my home land
I am an arab woman of color and we
come in all shades of anger
And did you hear my sister screaming yesterday,
as she gave birth at a checkpoint with israeli
soldiers looking between her legs for their next
demographic threat? Called her baby girl Janeen
And did you her Amna Muna screaming
behind her prison bars as they tear-gassed
her cell? We are returning to Falasteen
I am an arab woman of color and we
come in all shades of anger
But you tell me this womb inside of me will
only bring you your next terrorist
Beard wearing, gun waving, towel head, sand niger
You tell me I send my children out to die
But those are your 'copters, your F16s in our skys
And lets talk about this terrorism business, for a second
Wasn't it the CIA that killed
And who trained Osama in the first place?
My grandparents didn't run around like
clowns with white capes and white hoods
on their heads lynching black people
I am an arab woman of color and we
come in all shades of anger
So who's that brown woman screaming
in a demonstration?
Sorry. Should I not scream?
I forgot to be your every orientalist dream, genie in a
bottle, belly dancer, harem girl, soft spoken arab woman
- 'Yes master. No master. Thank you for
the peanut butter sandwiches raining
down on us from your F16s master.'
Yes my liberators are here to kill my children
and call them collateral damage
I am an arab woman of color and we
come in all shades of anger
So let me just tell you, this womb inside of
me will only bring you your next rebel
She'll have a rock in one hand and a
palestinian flag in the other
I am an arab woman of color»

GAME OF THRONES

Uma crítica ao complexo do herói branco (ou heroína)

Inês Ribeiro Santos, 20 de abril [Após o 1º episódio da 8ª temporada.]

Com o arranque da oitava e última temporada da série mediática Game of Thrones (ou «A Guerra dos Tronos»), que conta com milhões de espectadores em todo o mundo, impõe-se a questão: Quem irá ocupar o Trono de Ferro?

Longe de querer transformar esta crítica cultural numa previsão do desfecho da série, considero que o enredo que levou a série até onde se encontra levanta várias questões, entre as quais quero destacar:

- Sistema antidemocrático da monarquia: Se, por um lado, existem várias personagens femininas fortes que desafiam os papéis de género definidos na época da série, colocando-as em lugar de destaque, luta e poder, contrariando a lógica de submissão, de maternidade e do lar, por outro, todo o princípio de hereditariedade e de luta (física) pelo poder é antidemocrático e deverá, logo, ser questionado. Tanto o é que, em algumas partes do reino, a sucessão do comando/chefia é decidida através de votação e há, até, algumas personagens que pensam que este é o melhor método de governação, embora não tenham tido sucesso de implementação destas ideias até então;
- White Saviour Complex: Durante 7 temporadas assistimos a uma das personagens femininas, Daenarys Targeryen (Dany), suposta herdeira legítima do trono, a tentar reconquistá-lo após uma guerra que derrotou o seu pai, antigo Rei. Durante essa jornada, Dany depara-se com várias sociedades fora do reino que ainda se governam através de sistemas de escravidão. Dany, horrorizada, e bem, com tais sistemas de governação, luta pela liberdade das pessoas escravizadas. Isto não seria um problema, se não fosse sempre ela, e não as

pessoas escravizadas, a ditar os termos de libertação e não estivesse implícito vassalagem por parte de quem é libertado. Não escraviza ou assassina quem não o faz, mas expulsa-os do reino. Os restantes acabam por se tornar soldados do seu exército que irá lutar pela conquista do trono, ao mesmo tempo que vai acumulando títulos, colocando-a num pedestal de adoração e endeusamento. Além de rainha, mãe de dragões, etc., o que mais reflete a sua arrogância ou necessidade de reconhecimento por fazer aquilo que está correto. É a «libertadora de correntes» – *The Breaker of Chains*.

Estes dois fatores combinados fazem da Dany uma péssima sucessora ao trono: primeiro, porque a linhagem não é fator de decisão governativa, e depois porque a luta dela por uma sociedade mais igualitária pressupõe lealdade cega à sua governação.

Quando lutamos por uma sociedade mais igualitária, não o fazemos em troca de cargos, protagonismo ou subserviência por parte de outras pessoas. Fazemo-lo porque está correto, porque acreditamos nessa sociedade, porque nos queremos libertar das correntes que nos oprimem.

Quando somos aliados em lutas que não as nossas, não esperamos reconhecimento dessa empatia. Não queremos homens na luta feminista em troca de biscoito, de pessoas brancas na luta contra o racismo em troca de troféus ou pessoas heterossexuais na luta LGBTI+ à espera de prémios. A luta e os ideais não se trocam por medalhas. O único objetivo a atingir é a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e em que todxs possamos viver em liberdade. Esse é o prémio.

Não sei como irá acabar a série, nem sequer se haverá trono para ocupar. Uma coisa é certa: se for a Dany, esta série não trouxe nada de novo ou de disruptivo com a sociedade atual – trata-se apenas de um retrato da luta do poder pelo poder, é um paralelismo à diferença entre o «capitalismo bom» e o «capitalismo mau» que, no fundo, e para todas as pessoas que não estão no poder, um pouco mais do mesmo: exploração e desigualdade dos governados, sob a vaidade e a ganância de quem nos governa.

BREVES

ALGARVE ALTERNATIVO

No passado dia 27 de abril, decorreu, em Faro, um encontro de jovens algarvias e algarvios que teve como intuito debater e planear um Algarve democrático, ecossocialista e feminista, que rejeita a discriminação, o ódio, o capitalismo e a precariedade. Afirmando-se uma alternativa para o Algarve e para as e os jovens, tenta-se que estes se envolvam mais politicamente para a possível mudança e para a construção de um Algarve melhor.

CINEMA INSUBMISSO DE VOLTA AO PORTO

O Desobedoc esteve de volta ao Porto. Esteve de volta para dar espaço aos artistas, à comunidade cigana romena, às vítimas das alterações climáticas e do fascismo, aos operários escravizados e oprimidos pelos patrões. Durante quatro dias, no Círculo Católico dos Operários do Porto, pode-se assistir a curtas metragens sobre o PREC, a legalização do aborto, o fascismo italiano e muito mais. Partilhar cinema, partilhar e debater ideias feministas, antifascistas e antiguerra, partilhar a arte do cinema e o espírito insubmisso.

GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL

No dia 24 de maio, saíram à rua milhares de jovens. A luta contra as alterações climáticas está mais acesa do que nunca e prova, cada vez mais, que a justiça climática é justiça social. Em 50 localidades em Portugal, em mais de 100 países e mais de 1500 cidades em todo o mundo, as vozes das e dos estudantes fez-se ouvir para ensinar uma lição:

não há planeta B!

AGENDA

13 › 15 JUN

Espetáculo **«CRISE DE 69 – O ANO EM QUE SONHÁMOS PERIGOSAMENTE»**, de Ricardo Correia
Ciclo «**SOMOS LIVRES**»

COIMBRA
Convento São Francisco

SÁB › 29 JUN › 15h00

20.ª MARCHA DO ORGULHO LGBTI

LISBOA
Praça do Príncipe Real – Ribeira das Naus

31 JUL › 5 AGO

16.º ACAMPAMENTO LIBERDADE

Martinchel – Castelo de Bode

ADERE AO BLOCO

Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencheres, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros). Entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco.

Nome

Morada

E-mail

Código Postal

Localidade

Telefone / Telemóvel

16.º ACAMPAMENTO

LIBERDADE

31 julho > 05 agosto

Martinchel, Castelo do Bode

40€

ALIMENTAÇÃO
TRANSPORTES
ESTADIA

DEBATES
WORKSHOPS
FESTAS
REVOLUÇÃO

cnjovens@bloco.org | facebook.com/jovensBE | instagram: jovensdobloco

Bloco de Esquerda